

Memórias e patrimônios documentais afro-brasileiros: implicações para a educação

Maria Angélica Zubaran¹

Resumo

Este artigo discute, inicialmente, os conceitos de memória e de documento a partir da interpretação de alguns teóricos das ciências humanas e sociais. Analisa também as implicações da ausência das chamadas memórias negras na constituição de identidades de afrodescendentes e na educação de negros e negras. Finalmente, a partir de pesquisas realizadas sobre a imprensa negra, enfatiza a importância da preservação de documentos relativos às memórias negras para os processos de construção de identidades e para as pesquisas sobre a história da educação de afro-brasileiros no Brasil.

Palavras-chave: memórias, patrimônios culturais, educação

Afro-brazilian memories and documentation: implications for education

Abstract

This article discusses initially the concepts of memory and document from the interpretation of some theorists of the Humanities and Social Sciences. It also analyzes the implications of the absence of so-called black memories in the formation of black identities. Finally, based on research on the black press, it seeks to emphasize the importance of the preservation of documents and collections related to black memories for the process of black identities formation and for research about the history of Afro-Brazilians' education in Brazil.

Keywords: memories, cultural heritages, education

Pretendo neste artigo, inicialmente, discutir e problematizar a relação entre memória e documento, a partir da interpretação de alguns teóricos das ciências humanas e sociais. Em segundo lugar, analiso as implicações da ausência dessas memórias na constituição das identidades negras e na educação de afrodescendentes. Por último, a partir de pesquisas realizadas

1 Professora Doutora em História pela State University of New York (SUNY) e Pós-Doutora em História pelo Birkbeck College, Londres. Professora adjunta do Curso de História e do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo contou com o apoio do Ministério da Cultura e da Universidade Federal de Pernambuco (Edital MINC/UFPE 2013) e com o auxílio dos bolsistas de Iniciação Científica, Thanise Guerini Atolini e Vitor da Silva Costa.

sobre o jornal *O Exemplo* (1892-1930), busco contribuir para a discussão sobre a preservação e o acesso do patrimônio documental afro-brasileiro como um direito às memórias negras e ainda, como uma dimensão fundamental da educação de afrodescendentes.

Parte-se da ideia de que mais do que simples registros de um passado congelado no tempo, os acervos de bibliotecas, arquivos e museus representam os valores coletivos das comunidades onde se encontram inseridos. Em uma sociedade multicultural e pluriétnica como a brasileira, entende-se que se torna cada vez mais importante o incentivo à preservação de memórias e acervos constitutivos da diversidade social, étnica e cultural brasileira para que grupos minoritários possam ter assegurado o direito de acesso às suas memórias.

No caso específico das memórias negras, conforme afirmou Emanuel Araújo (2004), trata-se de recuperar para negros e negras certa autoestima e de construir referências positivas para a comunidade afrodescendente, além de contribuir para o reconhecimento e a valorização da cultura negra e de suas contribuições à História do Brasil. Embora a preocupação do referido autor esteja mais vinculada à construção da autoestima das identidades negras, seu texto nos traz elementos importantes para a reflexão na área dos direitos humanos, seja pela via da ausência desses direitos, seja pela necessidade de seu reconhecimento. Neste sentido, entende-se que a defesa da preservação de documentos e de coleções, como suportes de memórias sociais de grupos minoritários, possa contribuir efetivamente no processo de afirmação de identidades e na conquista de direitos de diferentes grupos sociais excluídos e ocultados na história oficial do Brasil.

MEMÓRIA E DOCUMENTO

Jacques Le Goff (1996), na década de 1990, sublinhou os diferentes significados da palavra documento ao longo do tempo, desde o termo latino *documentum*, derivado de *docere*, 'ensinar' na antiguidade, ao sentido moderno do termo, como prova administrativa e jurídica e, na escola histórica positivista, tornando-se o fundamento do fato histórico. Sabe-se que o movimento da Escola dos *Annales* ampliou a noção de documento para incluir tudo que pertence ao ser humano, que o exprime e que demonstra sua presença, gostos e maneiras. Esse alargamento da noção de documento a partir dos anos de 1960, de teor quantitativo e qualitativo, marcou o fim da ilusão positivista da existência de documentos objetivos e inócuos e de memórias neutras e inocentes, levando à valorização das memórias coletivas e ao

entendimento do documento como um monumento. Neste contexto, o autor afirmou que o documento passou a ser entendido:

[...]antes de mais nada como o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1996, p. 545).

A partir das considerações desse autor, entende-se que guardar determinados documentos em detrimento de outros, relaciona-se ao empenho das sociedades em impor ao futuro certa imagem de si próprias, selecionando determinadas memórias e relegando outras ao esquecimento. Já para Heloisa Liberalli Bellotto (2010), o termo documento pode ser definido como “toda a experiência humana ou manifestação da natureza, que esteja registrada em um suporte de onde a informação possa ser conhecida e transferida a qualquer momento em que dela se necessite” (2010, p. 76). No entanto, a autora adverte que há uma gama de diferenciação entre os tipos de documentos à qual pode advir de seu suporte, da forma, do formato, do gênero e da espécie de signos usados para registrar-se a informação. No entanto, enquanto inerente à sociedade que o produz, o documento é um elemento integrante do patrimônio cultural de um município, estado ou nação, que como patrimônio documental passa a ter outras utilidades culturais, sociais e educativas.

Quanto ao conceito de memória coletiva, na direção apontada por Maurice Halbwachs (1999), em seu estudo pioneiro sobre as memórias sociais, entende-se que a memória não designa uma faculdade, mas é uma representação que membros de um grupo vão produzir a respeito da memória supostamente comum aos membros desse grupo. Recentemente, Jöel Candau (2011), destacou esse caráter seletivo das memórias, afirmando que a memória é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo. O autor sublinhou ainda, que memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas, que “se conjugam, se nutrem mutuamente e se apoiam uma na outra” (CANDAU, 2011, p. 16).

Pesquisadores da memória nas ciências humanas e sociais, em geral admitem que as memórias são construções sociais e culturais e que não há uma memória essencial e imutável, que possa ser recuperada na sua totalidade no passado. Como afirma Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 49), não se pode

pensar em resgatar memórias “como se resgata um menino que caiu no poço”. Ao contrário, a memória está relacionada aos processos da lembrança e do esquecimento, tanto em nível individual como coletivo, em que interagem questões subjetivas e afetivas imbricadas nas reelaborações do passado que se fazem a partir do presente. Ademais, a memória coletiva é sempre ressignificada pelos grupos sociais que atribuem novos significados ao passado. Portanto, pode-se considerar os patrimônios documentais como documentos portadores de referências às memórias e às identidades sociais, nacionais, regionais e locais, cuja preservação é de inegável relevância para o conhecimento da história dos mais diversos grupos formadores da nação.

No Brasil, durante muito tempo, as memórias e histórias dos afro-brasileiros limitaram-se à reiteração do estigma da escravidão, à representação do negro como escravo, vítima submissa dos castigos e infortúnios sofridos na sociedade escravista, esquecendo-se e negligenciando-se suas lutas, conquistas e, sobretudo, sua história. Perdia-se de vista as reinvenções da cultura e da história afro-brasileira no período pós-abolição.

Michel Pollack (1989), ao refletir sobre as memórias negras, destacou que são memórias subterrâneas, marginalizadas ou silenciadas, parte integrante de culturas minoritárias, que afloram em momentos de crise, onde haja conflito entre memórias concorrentes. No Brasil, foi nas décadas de 1980 e 1990, no período de redemocratização da sociedade brasileira, que as memórias negras, paulatinamente, deixaram de ser subterrâneas e se tornaram memórias emergentes, passando a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, particularmente, naquelas relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Os chamados novos movimentos sociais e suas políticas de identidade possibilitaram que diferentes grupos sociais, étnicos e culturais reivindicassem o direito às suas memórias e buscassem institucionalizá-las no espaço público.

Sobre a crescente visibilidade das memórias negras, José Rivair Macedo (2012) destaca que o reconhecimento formal da existência do racismo pelo governo brasileiro, a partir de 1994, tirou o Estado da posição de passividade e o obrigou a tomar medidas de caráter afirmativo. Entre essas políticas governamentais de ação afirmativa, visando à preservação das memórias das populações minoritárias, destacam-se as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio da educação básica e estimularam as instituições

educativas a repensarem as memórias e as histórias afro-brasileiras e indígenas.

Portanto, pode-se afirmar que o acesso às memórias e aos patrimônios documentais, suportes dessas memórias, é um direito fundamental de cidadania e não um privilégio de alguns grupos. Ademais, entende-se que hoje o acesso aos acervos abarca dimensões social e educativas, na medida em que supera funções meramente comemorativas das memórias do poder e permite aos cidadãos conhecerem às suas memórias e exercerem os seus direitos. Neste sentido, entendemos como necessária uma nova leitura dos acervos que aponte para a pluralidade de representações sociais e incentive a divulgação das memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural das comunidades.

Conforme aponta Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2008), a História do Brasil tem sido marcada por violações dos direitos humanos, no período ditatorial e em períodos mais remotos, como no período escravista e no pós-abolição, com o cerceamento dos direitos de amplos segmentos da sociedade que estão a exigir políticas públicas. Conforme a autora:

Tanto a história recente do Brasil, marcada por violações dos direitos humanos no período ditatorial, como a de outros períodos mais remotos está a exigir ações efetivas na identificação, preservação e difusão das memórias dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das mulheres, dos idosos, dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, dos operários, dos trabalhadores rurais, entre tantos outros grupos que buscam o empoderamento e se encontram em construção das suas identidades sociais e coletivas (p.68, 2008).

A autora destaca ainda, que para a produção do conhecimento sobre a história desses grupos sociais excluídos, são grandes as dificuldades documentais devido à inexistência de registros ou de grandes lacunas, tendo em vista que por longo tempo, construiu-se uma cultura de invisibilidade e pode-se acrescentar, de silêncio, sobre os grupos minoritários na História oficial do Brasil.

IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DE MEMÓRIAS NEGRAS NAS IDENTIDADES AFRODESCENDENTES

Maria Aparecida Silva Bento (1999) observou que a ausência de índios, negros e mulheres durante muito tempo na História do Brasil e nos livros

didáticos teve um impacto negativo na construção das identidades desses sujeitos. Segundo a autora, "sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo e suas conquistas no campo das artes e das ciências, as crianças negras enfrentaram muitas dificuldades para formar uma identidade positiva de si e de seus iguais" (BENTO, 1999, p. 45).

Também Nilma Nilo Gomes (2002) afirmou que as concepções e práticas pedagógicas repletas de valores e representações negativas sobre o negro resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas, expresso na relação de animosidade com a escola e com o corpo docente. Na mesma direção Fábio Cerqueira (2005), em estudo sobre educação patrimonial, lembrou que "os jovens das escolas públicas, a maioria afrodescendentes, não é capaz de situar a sua identidade cultural dentro do patrimônio público, o que constitui uma forma de auto exclusão cultural e identitária".

Tal contexto exige a instauração de outras memórias, para além da "memória oficial". Todavia, a construção dessas memórias alternativas não tem sido tarefa fácil, pela dificuldade em se localizar registros da ação das classes populares e de outros grupos sociais, até mesmo pela força da oralidade na manutenção e construção de suas tradições culturais. É, nesse sentido, a preocupação deste estudo com a preservação e acesso aos suportes materiais da memória, tanto pela sua relevância na produção do conhecimento histórico, como na perspectiva dos direitos humanos. Conforme afirma Meneses (1992, p. 18) "não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos". Desta forma, vale apontar, conforme os estudos de Stuart Hall (1997), que os estereótipos étnico-raciais e o silêncio são as estratégias mais recorrentes de representação do negro e que o contínuo silêncio sobre o direito dos negros às suas memórias é uma das marcas do racismo da sociedade brasileira.

No entanto, como destaca Candau (2011, p. 50), é preciso relativizar o silêncio ou a negação do passado, que jamais é total, absoluta, definitiva: os relatos de lideranças negras, a música, a literatura e a poesia negras, o teatro negro e as coleções da imprensa negra são, neste sentido, exemplos de memórias negras que ressurgem contra a alienação cultural. Essas memórias negras não apenas asseguram uma continuidade entre o passado e o presente dos afro-brasileiros como também dão sentido às suas lutas pelo direito à sua cultura e à sua história.

O JORNAL *O EXEMPLO*: PATRIMÔNIO DOCUMENTAL AFRO-BRASILEIRO E ARTEFATO PEDAGÓGICO

Nesse estudo, analisaremos as coleções do jornal *O Exemplo* (1892-1930), primeiro jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, como um patrimônio documental afro-brasileiro de inestimável valor histórico e cultural e como um artefato pedagógico. Pretende-se enfatizar a importância da preservação desse patrimônio cultural afro-brasileiro para garantir-se o acesso às memórias negras. Compreende-se também que o referido jornal pode ser analisado como um artefato que possui uma produtividade pedagógica e que, como já foi destacado por vários autores que trabalham com a imprensa negra, também acaba por educar, produzir e conduzir condutas e comportamentos.

Nesse sentido, vale destacar, que a mídia, em seus distintos canais de comunicação, a exemplo do jornal, da rádio, da televisão e, atualmente, da internet, colabora para a constituição de identidades, em razão dos discursos e representações que faz circular. Sobre a potencialidade da mídia, afirma Rosa Fischer (2002, p. 86):

[...] poderia dizer-se que a mídia se constitui um espaço de “visibilidade de visibilidades”[...] Da mesma forma, poderíamos dizer que a mídia se faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia reduplicá-lo-ia, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido.

Em relação ao contexto das práticas de escolarização dos afrodescendentes no Brasil destacamos que entre o período colonial e a proclamação da república, a educação popular não era compreendida como uma preocupação do poder central. Desta forma, ordens religiosas, a exemplo dos Jesuítas, assumiam a gerência do ensino em muitas dimensões, oferecendo-o, preferencialmente, aos brancos e proprietários de posses, em suas residências e também nas escolas e nos conventos (ROCHA, 2011).

Também as legislações corroboravam a exclusão dos negros e negras dos processos educativos formais, uma vez que dificultavam e/ou proibiam o seu acesso à escolarização. A própria Constituição de 1824 é exemplo desta afirmação, pois apesar de preconizar pelo direito gratuito à instrução primária para todo cidadão, o acesso às escolas era proibido aos doentes de moléstias contagiosas, aos escravos e aos africanos, mesmo que já fossem livres ou libertos. (PASSOS, 2012). Na mesma esfera, o Decreto nº 1.331, de 17 de

fevereiro de 1854, pontuava que nas escolas públicas não poderiam ser admitidos escravos. Já o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, autorizava o acesso dos negros às escolas no período noturno, espaço no qual somente aqueles maiores de quatorze anos poderiam estudar (ROCHA, 2011)

Vale ainda destacar que, mesmo no período do pós-abolição, determinados mecanismos foram utilizados pelas instituições públicas de ensino para impedir o acesso de negros e negras em seus quadros discentes e docentes. Neste sentido, concordamos com Rosa Margarida Carvalho Rocha (2011, p. 17) quando afirma que “a exclusão prossegue, pois, mesmo após a abolição da escravatura, tendo a população negra que enfrentar um quadro perverso de discriminação e preconceito, o acesso e a permanência na escola revestiu-se de grandes entraves [...]”

Também no início do século XX mantinham-se as dificuldades de ascensão social de negros e negras e, particularmente as mulheres, eram mantidas em posições subalternas. Estatísticas oficiais e de autoridades policiais revelam um grande número de negras exercendo atividades como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras e prostitutas, nas principais cidades brasileiras da época.

Conforme aponta Isabel Silveira dos Santos, o difícil acesso de negros e negras à educação no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, também está relacionado às exigências de uso de determinados materiais, de vestimentas adequadas e pela própria presença de um adulto responsável para a realização da matrícula das crianças e jovens afrodescendentes (SANTOS, 2014). Pode-se pensar que algumas destas práticas, mesmo nos tempos atuais, seguem afastando crianças e jovens negros e negras da continuidade da escolarização, principalmente no âmbito da educação básica. No entanto, mesmo com as dificuldades impostas pelas legislações e pela falta de recursos, recentes estudos apontam que a população negra foi capaz de se organizar e superar os entraves dos preconceitos e das discriminações na educação, muitas vezes valendo-se do sistema educacional informal para alfabetizar-se (GOMES e DOMINGUES, 2013).

É importante destacar ainda que associações, clubes negros recreativos e irmandades religiosas, a exemplo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário (Porto Alegre/RS), dedicaram-se a educação dos filhos de afrodescendentes desde meados do século XIX. As associações negras chegavam a promover “campanhas em prol da educação veiculadas em vários periódicos destinados à população negra” (SANTOS, 2014, p. 26). O jornal *O Exemplo* foi palco de

inúmeras campanhas desta ordem, as quais convocavam os negros e negras às práticas de escolarização, desde sua primeira edição em dezembro de 1892. (ZUBARAN, 2009)

Tamanha era a força desta demanda, que os organizadores do referido periódico fundaram uma escola, com o mesmo nome do jornal, em outubro de 1902. Além disto, membros do jornal anunciavam aulas particulares para o *Curso Elementar*, em suas residências e na sede do próprio jornal. Posteriormente, em 1904, as lideranças do *O Exemplo*, passaram a publicar artigos os quais incitavam as associações e clubes negros a assumirem o compromisso da instrução de seus integrantes, como podemos verificar: “Se os nossos homens [...] ocuparem-se em criar uma sociedade, de uma grande liga, alma instrutiva, beneficente e recreativa, [...] decerto a pujança desta associação, a grandeza de seus fins, [...] influiria de maneira benéfica sobre seus membros [...]” (*O Exemplo*, 26 de junho de 1904). Desta forma, compreende-se que tais fatos indicam a importância de associações, irmandades e da própria imprensa negra na educação de afrodescendentes.

De acordo com Miriam Ferrara (1986), os primeiros jornais negros do Brasil datam do final do século XIX e estão vinculados ao contexto imediato do pós-abolição, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul e reúnem um grande número de temáticas, com especial atenção à educação, à moralização dos costumes e o combate ao preconceito racial. Para José Antônio dos Santos (2011, p. 150), “a ideia central que definiu a imprensa negra foi a capacidade dos redatores em tornar os periódicos os principais meios de comunicação e protesto em defesa dos negros”. Na mesma direção, Maria Angélica Zubaran (2009), apontou que a imprensa negra brasileira, entre o final do século XIX e até 1930, parece ter significado para os afro-brasileiros, uma tentativa de confrontarem sua invisibilidade simbólica e ausência na esfera cultural.

No Rio Grande do Sul, como afirma Roberto Santos (2007), além do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930), houve uma série de outros jornais produzidos por negros no estado: *A Cruzada* (Pelotas, 1905), *A Alvorada* (Pelotas, 1907-1965), *A Revolta* (Bagé, 1925), *A Navalha* (Santana do Livramento, 1931), *O Tição* (Porto Alegre, 1978), o *Folhetim do Zaire* (Porto Alegre, 1982-2005).

Entre os estudos acadêmicos que tratam do jornal *O Exemplo* destacam-se, inicialmente, as pesquisas de doutorado de Fernando

Henrique Cardoso (1977) e de mestrado de Liane Susan Müller (2013) ambas publicadas como livros e apresentando capítulos sobre esse tema. No século XXI, novas pesquisas foram realizadas sobre a imprensa negra no Rio Grande do Sul, entre elas: a dissertação de Roberto dos Santos (2007), a dissertação, posteriormente publicada em livro, de Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), artigos de Maria Angélica Zubaran (2006) e de Regina Xavier (2013) e a dissertação de Filipe Rodrigues Bohrer (2014).

O Exemplo apareceu em Porto Alegre em 11 de dezembro de 1892, como “Propriedade de uma Associação” que segundo Liane Müller (2013) tratava-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O jornal foi fundado por um grupo de jovens negros, “moços esperançosos e ávidos de justiça”, que costumavam reunir-se em uma barbearia, o *Salão Calixto*, situado à Rua dos Andradas, no centro da cidade de Porto Alegre. O jornal circulou, com algumas interrupções, de 1892 até 1930, cobrindo um período de trinta e sete anos dedicado à história e à cultura do negro no Brasil meridional. Portanto, suas coleções são testemunhos de inestimável valor para a preservação e valorização das memórias, da história e da cultura dos afro-brasileiros, bem como, para a construção de subjetividades e identidades negras.

Conforme declarou o poeta Oliveira Silveira em reportagem ao jornal *Correio do Povo* na década de 1970: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre”. Reproduzimos a seguir imagem da primeira página de uma edição fac-símile do primeiro número do jornal.

O EXEMPLO

Direcção da redacção Arthur de Andrade Marcílio Freitas Rua dos Andradas, 241	PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO Porto Alegre Domingo 11 de Dezembro de 1892.	Editor gerente Marcílio Freitas Associação Por mes. . . 500	N. 1
--	---	--	------

do o grão de estudo a que o sujeito se, por consequencia, que também nos podemos alistar nas cruzadas emprendidas pela intelligencia, muito embora algum estulto nos queira desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte das doutrinas que julgam o homem peia cor da epidemie.

Esses, porém, não nos intimidam; são espiritos deletérios, cancores sócios que se desfazem por si e se confundem com as vulgaridades.

Aquelles não nos repellirão porque comprehendem que a causa, que abraçamos é santa, justa e natural e consentem que todo o homem tem o direito de pugnar pelos seus direitos postergados.

— Esse é o fim principal para o qual foi creado *O Exemplo*.

E, se algum sciolo, arvorando-se em critico, nos vier esgumatisar com suas sayras mordazes, nem por isso haveremos de abandonar o nosso posto de honra, porque, pedindo venia a seu auctor e os nossos não fazem a critica e os criticos, *ordinariamente, não ado os mestres.*

A imprensa que nos acolha que os falsos Aristarchos não surgirão.

Concordamos que a nossa tarefa seja por demais espinhosa; mas, é das trevas que se chega á luz, é da ignorancia que se vae á sciencia.

Para isso é mister, á par de aturado estudo, o concurso d'aquelles que, atreitos ás pugnas jornalisticas, têm já seu nome firmado em tal certamen.

— Atentados, pois pela esperanca, de que não nos falharemos, tal concurso, atiramos-nos, decididos, á luta e veremos, que com o poderosissimo gladio que faz tronar o despoza em seu throno, que abraça ás laes iniquas, que leva ás mais remotas paragens o echo de suas vibrações e que ora empunhamos vacillantes. — Si não conseguirmos o levantamento da nossa classe, so menos não a deixaremos jazer no pó do olvido, immerza em sua mediocridade.

A redacção.

A imprensa portogalegras cumprimentá e pede um lugar em seu seio

O EXEMPLO

SÓ!

Imagini um tranco degalhada Por uma rã, bates herálicas? E envide o'uma' vilha e nã' castas, Imagini um' erpãbe' deapreada...

Tudo isso imagini, minha sobreira! Mas já de que' o' alho, e nono e e erpãbe, Senã' d' alguns juze premissas.

Sinto fustar meu pobre coração, Ophãbe' d'um' zoro' que' me' tira o'outra' Sem se me'nos' impirar' a' uma' illãde'!

Porto Alegre
Billa Silva

O EXEMPLO, 1892 - 1930 - EDIÇÃO COMEMORATIVA

Em 1992 completou-se um século da publicação do nº 1 deste jornal de negros surgido em 11 de dezembro de 1892 em Porto Alegre. Com interrupções e fases, o semanário cobriu um período de 37 anos. Ao lado da imprensa negra paulista, são citadas a partir da segunda década do século 20, O Exemplo deve ser visto como um marco importante na história da imprensa negra brasileira. — O.S.

Figura1: Fac-Símile do primeiro exemplar do jornal *O Exemplo* (11 dez. 1892, p. 1)

Como se pode observar na página do primeiro exemplar do jornal *O Exemplo*, o primeiro diretor foi Arthur de Andrade e Marcílio Freitas foi o primeiro editor gerente. Entre os demais fundadores e membros da diretoria destacam-se: Arthur Gama, os irmãos Aurélio Bittencourt Júnior e Sérgio Bittencourt, os irmãos Esperidião Calisto e Florêncio Calisto e Alfredo Souza. A formação do grupo era heterogênea. Entre eles, alguns eram funcionários públicos, como Arthur Gama, funcionário público do Tesouro do Estado, Arthur de Andrade, funcionário público dos Correios, Francisco Marcílio da Costa Freitas, funcionário público dos Correios e posteriormente da Fazenda. Alguns membros do jornal pertenciam a famílias de destaque na comunidade, como era o caso dos irmãos Aurélio Júnior e Sérgio Bittencourt, filhos do coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, juiz distrital da Vara de Órfãos, que se destacou na vida cultural e política de Porto Alegre, trabalhando em vários jornais locais e atuando como secretário dos presidentes da província, Júlio de

Castilhos e Borges de Medeiros. Também destacaram-se como membros do jornal, a família do major João Baptista da Silva e seus filhos Felipe Baptista da Silva e João Baptista da Silva Júnior. Já Esperidião Calisto, barbeiro de profissão, foi quem abrigou a produção do jornal em seu próprio local de trabalho no centro da cidade de Porto Alegre. É importante destacar entre os membros do jornal a presença de profissionais liberais, entre eles, os advogados Arthur Ferreira de Andrade, Dário de Bittencourt e José da Silva Dias, o acadêmico de direito João Baptista da Silva Junior e o acadêmico de medicina, Felipe Baptista da Silva. Também havia entre os diretores e redatores do jornal *O Exemplo*, um núcleo de operários, que no início do século XX, trabalhavam nas fábricas da capital gaúcha. Essas lideranças declaravam-se, em sua maioria, católicos praticantes e republicanos e pertenciam e circulavam em diferentes espaços de uma ampla rede social que incluía associações culturais, religiosas, musicais, esportivas, dramáticas e carnavalescas.

De acordo com o articulista do jornal, Antonio Lourenço, a fundação do jornal se deu no contexto de um caso de preconceito e discriminação ocorrido contra Justino Coelho da Silva, que tendo sido classificado em primeiro lugar em concurso público estadual, foi surpreendido pela anulação do concurso, sob a alegação de que apesar de suas “notórias aptidões, tinha o grande “defeito” de não ser branca a cor de sua epiderme”. De acordo com Marcílio Freitas:

Foi então que, revoltados com esse insólito procedimento contra uma raça, resolvemos tomar sua defesa, dando combate a esse mesquinho preconceito, lançando no seio da imprensa sul-riograndense um jornal que fosse a síntese de nosso ideal e ao mesmo tempo a afirmação positiva e concretizadora que irradiava dos cérebros dos homens de cor. (*O Exemplo*, 02 jan.1928, p. 1)

Já no editorial do primeiro exemplar, *O Exemplo* apresentava-se como porta voz “dos homens de cor” e manifestava-se contra o racismo científico, em voga entre as elites republicanas e contra as hierarquias baseadas na cor da pele:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitamos e, por consequência, também podemos nos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora alguns queiram nos acoimar, ou porque desconheçam nossas legítimas

aspirações, ou porque façam parte dos que julgam o homem pela cor da epiderme. (*O Exemplo*, 11 dez. 1892, p. 1)

Inicialmente, *O Exemplo* era um jornal semanal, de quatro páginas, que saía aos domingos, de tiragem modesta, vendido pelos próprios editores, na sede do jornal, ou através de assinaturas semestrais. Na década de 1920, chegou a ter exemplares comemorativos de até 10 páginas. Conforme pesquisas realizadas até o presente momento, pode-se afirmar que a trajetória do jornal *O Exemplo* foi marcada por quatro fases relativas aos diferentes períodos de sua publicação: 1892/97, 1902/05, 1908/11 e 1914/30. Conforme afirmou Antonio Lourenço, um dos redatores do jornal, “embora fosse reconhecido por muitos a necessidade de sua existência, faltou-lhe o apoio que tanto merecia, e sua publicação foi interrompida várias vezes”. (*O Exemplo*, 06 jan.1921, p. 1)

TRAJETÓRIAS DE MEMÓRIAS: AS COLEÇÕES DO JORNAL O EXEMPLO

O Exemplo chegou aos nossos dias em três coleções. A primeira coleção, a mais antiga e rara, que circulou na última década do século XIX, reúne 49 exemplares, iniciando em 11 dez.1892 e terminando em 10 nov.1895. Há ainda, um exemplar dessa primeira fase do jornal, do ano de 1897, na Biblioteca Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande. Essa coleção do jornal *O Exemplo* do século XIX, pertenceu a Dario de Bittencourt, que foi o último diretor do jornal.² Dario atuou em vários periódicos, foi redator do jornal republicano *A Federação* e participou de várias associações em Porto Alegre, pertencendo também à Academia de Letras do Rio Grande do Sul. O último exemplar do jornal *O Exemplo*, de 2 de janeiro de 1930, ainda traz no cabeçalho o nome de Dario de Bittencourt como diretor, precedido do título de Doutor, pois já concluía o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (*O Exemplo*, 04 jan. 1925).

A segunda coleção do jornal *O Exemplo*, relativa às primeiras décadas do século XX, pertenceu originalmente ao acervo da *Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul*, em Porto Alegre, na seção Rio Grande do Sul,

² Sobre Dario de Bittencourt consultar José Antônio dos Santos (2008), *O Currículo Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974)*, uma eminência duplamente parca. ANPUH-RS, 2008.

compreendendo os anos de 1902 a 1905 e alguns exemplares da década de 1920. Essa coleção foi posteriormente transferida para o acervo da hemeroteca do *Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa* onde se encontra até hoje.

A terceira e última coleção do jornal, relativa à década de 1920, também pertenceu a Dario de Bittencourt e foi repassada ao Círculo de Investigação e Pesquisas Literárias (CIPEL) e, posteriormente, transferida para o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), onde se encontra até o presente momento. Assim, pode-se afirmar que até chegar às instituições de pesquisa de Porto Alegre, a preservação das coleções do jornal O Exemplo foi resultado do cuidado e da valorização do acervo desse jornal pelas lideranças negras.

É importante salientar ainda que o papel pedagógico do jornal *O Exemplo* contemplou a construção de um panteão de ilustres afro-brasileiros, produzindo modelos de negros com os quais a comunidade negra do sul do Brasil poderia se identificar e construir sua autoestima, além de inspirar-se na luta pela reivindicação de seus direitos no período do pós-abolição. No início do século XX, os redatores do jornal *O Exemplo* deram destaque a trajetória de negros de renome nacional, a maior parte deles abolicionistas, tais como: André Rebouças, Marcílio Dias, Cruz e Sousa, Luís Gama, José do Patrocínio, Henrique Dias e João Cândido. A partir da última fase do jornal, particularmente na década de 1920, os afro-brasileiros nomeados e homenageados nas páginas do *Exemplo* passaram a ser lideranças locais, membros do chamado Grupo Mantenedor do jornal, lembrados por ocasião de seus aniversários e funerais, com atributos positivos e socialmente reconhecidos como desejáveis para a comunidade negra, tais como “trabalhador”, “honesto”, “inteligente”, “probo”, “amigo fiel”, “bom marido”, “bom pai de família”. De acordo com Stuart Hall (1997), pode-se identificar aí uma estratégia de contestação ao regime racializado de representação construído pelas elites brancas, que consistia em substituir as representações negativas geralmente atribuídas aos negros, por imagens positivas de negros.

Como já referimos, era evidente a preocupação dos editores do jornal com as campanhas pela escolarização de negros e negras, compreendidas por aqueles como um possível caminho para o progresso e para a construção de relações mais igualitárias entre negros e brancos. O excerto a seguir corrobora as afirmações:

Hoje, que o direito fraterno assiste [...] colaborar para o complemento da grande obra da civilização moderna,

mostrando-lhes o caminho da instrução em cuja estrada se encontra a entrada do edifício da igualdade. É por isso que damos o brado de alarma, alimentando em nosso coração a fé de que esse brado repercutirá em todos os ângulos desse Estado, despertando os nossos irmãos que se tem olvidado de mandar ao collegio seus filhos para receberem a instrução, tão necessária a vida do homem; d'esse principio de levantamento intelectual há de forçosamente vir o progresso e a felicidade de nossa raça, quiçá uma das mais inteligentes do universo [...] (*O Exemplo*, 25 jul.1893, p. 2)

Outro aspecto constitutivo das memórias negras revelado no jornal *O Exemplo* foi a importância de memórias de famílias negras, cujas trajetórias positivas, inclusive na educação e na cultura, contribuem para a construção de identidades negras afirmativas, distanciando-se do estereótipos de fracasso e anomia social dos negros no pós-abolição. Entre os membros do jornal encontra-se a presença de pais e irmãos que circulavam por várias sociedades e clubes negros da cidade, associações religiosas, de futebol, carnavalescas, o que lhes permitiu construir uma rede de sociabilidades que foi fundamental na construção de suas identidades³. Reproduzimos, a seguir, fotografias de famílias que participaram como diretores e redatores do jornal *O Exemplo*:



Figura 2: Família Bittencourt (imagem adaptada) (*O Exemplo*, 01 jan. 1921)

³ Para detalhes sobre as sociedades e clubes negros em Porto Alegre/RS e sobre a circulação das lideranças negras nas sociedades e clubes negros, consultar: MÜLLER (2013); SANTOS (2011), BOHRER (2014).



Figura 3: Família Silva (imagem adaptada), (*O Exemplo*, 01 jan. 1921)

Atualmente, o projeto *O Direito às Memórias Negras: Preservando o Patrimônio Afro-Brasileiro nas coleções do Jornal O Exemplo (1892-1930)*, preservou em formato digital e disponibilizou para acesso público online, três coleções do jornal *O Exemplo*, disponíveis na plataforma Cultura Digital, do Ministério da Cultura. Trata-se de preservar parte do rico patrimônio afro-brasileiro, cuja preservação digital possui uma função social importante: garantir aos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais da sociedade brasileira, o direito às suas memórias, cultura e história no período que se estende de 1892 a 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar a importância da preservação de acervos documentais portadores de referência às identidades de grupos minoritários formadores da nação brasileira, como forma de garantir o acesso de diferentes segmentos sociais, culturais e étnico-raciais às suas memórias. Além disto, a análise aqui realizada sugere uma articulação significativa entre memórias negras, preservação de patrimônios afrodescendentes e educação para a construção de identidades negras positivas, assim como para autoestima de negros e negras.

No caso particular da imprensa negra e do jornal *O Exemplo*, as memórias negras registradas no jornal *O Exemplo* podem servir ainda, como fontes para novas pesquisas e interpretações de aspectos fundamentais da história e da cultura dos afrodescendentes no Brasil. Por outro lado, esse

projeto dá continuidade às iniciativas de preservação do patrimônio afro-brasileiro empreendidas pelas lideranças negras que nos antecederam e que tanto se empenharam para que as coleções do jornal *O Exemplo* fossem preservadas.

Por último, mas não menos importante, destacamos que os patrimônios documentais de afrodescendentes, tais como o caso do jornal *O Exemplo*, ampliam sobre medida, as possibilidades de pesquisa na história da educação de negros e negras no Brasil, promovendo e consolidando práticas de educação antirracista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. Negras Memórias: O imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p.242-250, 2004.

BELLOTTO, Heloísa L. “A função social dos arquivos e o patrimônio documental”. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C.A. (orgs.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Piauí, EDUFPI, 2010. p. 73-84.

BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em Preto e Branco**. São Paulo: Ática, 1999

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A Música Na Cadência Da História: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no Pós-Abolição**. 2014. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão No Brasil Meridional**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p.91-109, 2005.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Direitos Humanos e Memórias. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores: Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2008. p. 67-76.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro (RJ), v. 20, p. 83-94. 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Alteridade em questão**. Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v6, 9, p.38-47, dez/2002.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legado do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1999.

HALL, Stuart. The Spectacle of the 'Other'. In: HALL, Stuart. **Representation, Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage/Open University, 1997, p. 225-290.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

MACEDO, José Rivair. Os educadores em face da legislação antirracista: o desafio necessário. In: CARVALHO, Iosvalyr Bittencourt Júnior e Adriana Saballa (Orgs.). **Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 29-34.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 34. São Paulo, 1992. p. 9-24.

MÜLLER, Liane Susan. **As Contas do Meu Rosário São Balas de Artilharia**: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. Porto Alegre: Pragmatha, 2013

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista EJA em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.137-158, 2012.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico-raciais**: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011

SANTOS, Roberto. **Pedagogias da Negritude e Identidades Negras em Porto Alegre**: Jeitos de ser negro no Tição e no Folhetim do Zaire (1978/1988). 134f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, 2007.

SANTOS, José Antônio dos. O Currículo Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda. IX Encontro Nacional de História – Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. 2008, Porto Alegre. **Vestígios do Passado: A História e suas fontes**: Anais. Porto Alegre: Anpuh, 2008. 1 v. Disponível em: <<http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>>. Acesso em: 18 set. 2015.

SANTOS, José Antônio dos. **Uma Arqueologia dos Jornais Negros No Brasil**. História, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 143-160, 2011.

SANTOS, Isabel Silveira dos. Contando outras histórias sobre a educação de negros (as). In: KAERCHER, Gladis Silva; FURTADO, Tanara Forte. **Curso de aperfeiçoamento UNIAFRO**: política de promoção de igualdade racial na escola. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 11-32.

ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**, nº 5, 2006, p. 145-156.

..... Pedagogias das Comemorações: reinvenção da memória histórica e a educação dos afrodescendentes em Porto Alegre. **História em Revista**, Pelotas, v. 15, n. 1, p.35-48, dez. 2009.

XAVIER, Regina Celia Lima et al. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: XAVIER, Regina Celia Lima et al. **Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do trabalho**. São Paulo: Cruzando Fronteiras. 2013. p. 103-132.

Recebido em setembro de 2015
Aprovado em novembro de 2015